RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO RELATÓRIO DA UNESCO PARA A EDUCAÇÃO ATÉ 2050

Henrique Barbosa da Silva (PIBIC/CNPq), Neide de Almeida Lança Galvão Favaro (Orientadora). E-mail: nalgfavaro@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências Humanas/Educação.

Palavras-chave: Materialismo histórico; Escola pública; Bem comum.

RESUMO

A investigação parte da reconfiguração das fronteiras entre o setor público e o privado presente nas diretrizes educacionais contemporâneas. O estudo analisa o trato dado à relação público e privado no Relatório da Unesco (2022), que institui um novo "contrato social para a educação", identificando seus objetivos e as tendências que aponta. A abordagem é qualitativa, documental e bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico, a fim de captar a essência das relações sociais que sustentam o relatório *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação* (Unesco, 2022). Verifica-se o ajuste dos sistemas de ensino pautado na convergência entre o imperativo ecológico e a inovação tecnológica. A área das naturezas fundamenta uma renaturalização curricular para a consciência planetária, instrumentalizando o saber científico para a adaptação individual. A incorporação das *big techs* projeta a redefinição do papel docente como um complemento humano, integrado a sistemas automatizados. A retórica da solidariedade internacional, articulada à transição conceitual para a ideia de bem comum, opera a progressiva desresponsabilização estatal em relação à educação. Cabe ao Estado cumprir, respeitar e proteger o direito à educação, mas sua função concentra-se na regulação, para criar centros de resiliência ecológica e justiça social. Consolida-se a conversão da educação pública em responsabilidade social, incluindo setores não estatais para sustentá-la. A causa dos problemas sociais, fundada na relação social do capital, é atribuída à educação, descaracterizando as finalidades da escola pública. Essa dinâmica ameaça o caráter público da formação humana, exigindo resistência acadêmica na defesa da soberania educativa.

INTRODUÇÃO

A conjuntura global contemporânea tem rebatimentos na educação, que é redimensionada para assegurar a manutenção da ordem vigente frente aos desafios sociais e ambientais que se impõem. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – publicou o relatório *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação* (Unesco, 2022, p. xii), com

base em dois princípios: “Assegurar o direito à educação de qualidade ao longo da vida” e “Fortalecer e educação como um esforço público e um bem comum”.

O problema desta pesquisa reside na necessidade de compreender como esse “novo contrato social” configura a função do Estado na educação pública. O objetivo é analisar o trato dado à relação público e privado no Relatório da Unesco (2022), que institui um novo “contrato social para a educação”, identificando seus objetivos e as tendências que aponta. Justifica-se sua relevância pela importância de expor a intencionalidade política contida sob o verniz da retórica humanitária e da solidariedade global.

A metodologia qualitativa, bibliográfica e documental estruturou-se nas fases exploratória, seletiva e analítica, o que permitiu organizar os temas para fundamentar a exposição dos resultados. O conteúdo gira em torno dos eixos da natureza, da tecnologia, da globalização e da transição para o bem comum. Conforme apontam Lima e Mioto (2007), a classificação auxilia na definição do quadro conceitual necessário para a pesquisa, a fim de assegurar a fluidez necessária para a correta compreensão do projeto político em exame.

A investigação pauta-se no rigor analítico necessário para apreender o fenômeno educativo em sua múltipla determinação histórica. Para ultrapassar a aparência imediata desse objeto, o percurso fundamenta-se no materialismo histórico, adotando a categoria da totalidade para apreender o ensino como parte integrante da dinâmica de reprodução do capital. Esse movimento analítico exige, segundo Netto (2011), o esforço de reconstruir o objeto no plano do pensamento, procedendo por meio de aproximações sucessivas que viabilizem decifrar a intencionalidade política contida sob a pretensa neutralidade técnica do relatório.

REVISÃO DE LITERATURA

O projeto para a educação até 2025 (Unesco, 2022) propõe a renaturalização do currículo, voltada a fomentar a consciência planetária nos sujeitos. Conforme apontam Minto, Barbosa e Jacomini (2025, p. 18), a retórica oficial foca no ajuste individual para "camuflar a depredação da natureza". O documento (Unesco, 2022, p 52)) defende também a incorporação de ferramentas digitais e a redefinição do papel docente, agora projetado como um “complemento humano” integrado a sistemas automatizados.

Desse modo, a articulação entre o imperativo ecológico e o avanço digital subordina as finalidades pedagógicas à lógica da acumulação privada, culminando no que Arguelho e Gandin (2025, p. 4) denominam de "ativoização da educação pelos dados dos estudantes" na rede escolar. Os dados tornam-se ativos lucrativos.

A discussão culmina na dinâmica de cooperação global, que norteia a exportação de diretrizes educacionais sob a égide da solidariedade internacional. Segundo propõe a Unesco (2022), estimula-se o intercâmbio de modelos pedagógicos e a importação de políticas públicas como estratégias de inovação. Contudo, Cabral e Moreno (2022, p. 9) demonstram que a cooperação atual mascara o aprofundamento das assimetrias internacionais, mantendo as nações periféricas "submetidas às ‘leis’ econômicas capitalistas" e à exploração.

O relatório *Reimaginar nossos futuros juntos* (Unesco, 2022, p. xv) redefine a finalidade dos sistemas de ensino, enfatizando que o novo contrato social para a educação exige a solidariedade mundial, “[...] com base em uma cooperação mais justa e equitativa entre atores estatais e não estatais”. Sob uma retórica de bem comum e de progresso compartilhado, agências mundiais elaboram diretrizes que, para Cabral e Moreno (2022, p. 18), sugerem a "coordenação da ação, no interesse de todos", autorizando a inserção ampliada de atores privados na esfera escolar.

Indicam-se assim novos arranjos institucionais para superar as “[...] limitações dos sistemas educacionais atuais” (Unesco, 2002, p. 144), instituindo currículos que fomentem competências e valores para criar novos conhecimentos; que valorizem a “[...] interconexão inerente do bem-estar ambiental, social e econômico” (Unesco, 2002, p. 147), e que enfatizem direitos humanos e democracia, para “[...] superar a violência e construir sociedades pacíficas” (Unesco, 2022, p. 148). Como se constata, a educação é responsabilizada pelos problemas sociais, omitindo-se os fundamentos da relação social do capital que os determinam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exposição dos resultados revela o movimento de reconfiguração dos sistemas de ensino, sob uma retórica humanitária. Ao clamar por um trabalho comum, mundial e regional, a Unesco (2002, p. 141) estabelece como princípio que a “[...] participação deve incluir diversos atores e parcerias não estatais, passar de uma ação de cima para baixo para uma ação multicêntrica [...]”, que traga novas formas de cooperação. Minto, Barbosa e Jacomini (2025, p. 3) demonstram que essa lógica impõe o "processo de progressiva desresponsabilização do Estado" às políticas, valorizando o capital em detrimento da vida da classe trabalhadora.

O discurso oficial (Unesco, 2022) desloca a natureza da educação de um direito assegurado pelo Estado para a ideia de um esforço público da sociedade e bem comum. Essa manobra discursiva dilui a obrigação governamental e transfere o dever de gestão educativa para o setor privado e corporativo. É por meio desse mecanismo que o novo contrato social operacionaliza a desresponsabilização estatal, legitimando a entrada de agentes mercantis na oferta de ensino e ameaçando o caráter universal da escola pública. Desse modo, a conversão das finalidades pedagógicas em arena de valorização privada desvirtua o sentido do ensino em prol da lucratividade corporativa.

CONCLUSÕES

A reflexão final expõe o projeto de subordinação dos sistemas educativos aos interesses do capital mundializado. A investigação confirma que o relatório analisado reconfigura as fronteiras entre o setor público e o setor privado, ao diluir a responsabilidade estatal. Observa-se a tendência política e econômica na proposta oficial, a qual submete o ensino à lógica da acumulação flexível do capital. O discurso opera o deslocamento conceitual para a ideia de esforço público da sociedade, o que legitima e aprofunda a desresponsabilização do Estado quanto ao

financiamento das políticas públicas. Revela-se a real ameaça ao caráter unitário, universal e soberano da escola pública frente à governança multilateral (Cabral; Moreno, 2022).

Mediante tal projeto, reafirma-se a necessidade de fortalecer a resistência teórica e a trincheira acadêmica contra o processo de privatização digital e mercantilização da formação humana. A preservação da educação pública exige o enfrentamento radical da racionalidade mercantil, para assegurar a autonomia e a soberania do ensino.

AGRADECIMENTOS

Registra-se o reconhecimento ao apoio institucional da Universidade Estadual de Maringá (UEM), bem como ao fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de iniciação científica, vinculada ao Programa Internacional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que foi fundamental para viabilizar esta produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARGUELHO, Mateus; GANDIN, Luís Armando. Políticas que reconfiguram a escola: redes políticas e efeitos no trabalho docente, currículo e gestão na educação pública. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, e25039, p. 1-17, 2025.

CABRAL, Guilherme Perez; MORENO, Viviane Tavares Leite. Educação para a cidadania global (UNESCO): um discurso reformista neoliberal. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, e1255, 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MINTO, César Augusto; BARBOSA, Andreza; JACOMINI, Márcia Aparecida. Tendência à privatização e consequências na educação pública brasileira. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 33, n. 69, p. 1-24, 2025.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. Brasília: UNESCO; Fundação SM, 2022.